

SER ESCOLA RURAL: DA HISTORICIDADE, DAS CARACTERÍSTICAS E DAS REPRESENTAÇÕES

Paoline Bresolin

Acadêmica do Curso de Pedagogia da URI Campus de Erechim/RS e
bolsista do PIIC/URI.

Idanir Ecco

Mestre em Educação UPF/RS e Professor da URI Campus de Erechim/RS.
E-mail: idanir@uri.com.br

RESUMO

O presente artigo aborda aspectos da Educação Rural, bem como àqueles relacionados à Teoria das Representações Sociais, sendo esta imprescindível para analisar concepções e práticas que são efetivadas neste meio. O texto é resultado de uma pesquisa em andamento, cujo objetivo maior consiste em investigar qual a representação social do ser escola rural para professores que atuam nas escolas rurais da Rede Pública Estadual de Ensino, do município de Erechim, RS. Apresenta um breve histórico e características da escola rural na atualidade bem como, define e conceitua a Teoria das Representações Sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Escola Rural. Educação. Historicidade. Representações Sociais.

1 INTRODUÇÃO

O presente texto é resultado de uma pesquisa em andamento (PIIC-URI) cujo tema é “Educação Rural: Representação Social do ser Escola Rural”, parte do pressuposto básico de que as concepções (conscientes ou não) fundamentam e orientam as práticas, as ações pedagógicas, neste particular, as ações pedagógicas desenvolvidas, operacionalizadas nas escolas rurais. Portanto, entendemos, por suposição, que as escolas, no seu funcionamento e organização, não são apenas resultado de um projeto correlacionado ao modelo de sociedade vigente, como também, resultado das ações docentes nos respectivos educandários.

Para a efetivação da investigação, além da pesquisa bibliográfica, buscamos inquirir como professores representam a escola em suas concepções, como compreendem os objetivos e a finalidade da escola localizada no espaço rural e, também, se essa escola contempla e atende, a partir da compreensão docente, as necessidades reais dos seus alunos.

A investigação é de caráter qualitativo, orienta-se pelo enfoque exploratório, mediante pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo.

As escolas rurais pertencentes à Rede Pública Estadual de Ensino, do município de Erechim (RS), constituem o universo da pesquisa e os sujeitos participantes são os professores que atuam nas referidas escolas, constituindo, assim o tamanho da amostra.

Considerando objetivos propostos para o desenvolvimento da pesquisa, mais precisamente a execução dos mesmos, as atividades realizadas, até o presente estágio foram: revisão de literatura, contato com as escolas participantes da pesquisa, aplicação dos instrumentos de coleta de dados (Questionário Anônimo e Entrevistas), transcrição das entrevistas.

Frisamos que até o presente momento a centralidade da investigação constitui-se na pesquisa bibliográfica e na coleta de dados, sendo que o trabalho de análise dos mesmos está em processo de organização. Em vista disso, apresentaremos, a seguir, a sistematização de uma parte deste estudo investigativo, em processo de elaboração, mais precisamente, elementos da pesquisa bibliográfica. Portanto, o texto está estruturado em três partes. Inicia apresentando um breve histórico da escola rural, para na seqüência, apresentar as principais características da escola rural na atualidade e, como terceira parte, esboça um breve histórico, características e conceito da Teoria das Representações Sociais.

2 BREVE HISTÓRICO DA ESCOLA RURAL

O ponto de referência da educação existente em nosso país, parte do meio urbano e tem como modelo ideal de vida aquele vivenciado nos centros urbanos. Segundo Speyer (1983, p. 107), isto acontece porque “a educação escolar ainda carrega o legado de colônia e império em que se implantaram modelos europeus para os filhos dos grandes proprietários [...]”. Prova disto, são as escolas da Idade Média que se destinavam à educação da elite. Percebe-se assim que as características da escola vêm de uma visão de mundo da classe dominante e que tal ideologia inspirou o sistema escolar.

Programas de escolarização considerados relevantes para as populações do campo ocorreram somente a partir de 1930, quando se consolidou a idéia do grupo dos pioneiros do “ruralismo pedagógico” que pregava, dentre outros, uma escola rural acomodada aos interesses e necessidades de cada região a que fosse destinada sendo isto condição de felicidade individual e coletiva.

Quanto aos projetos setoriais ou especiais que surgiram nesse período, situam-se as colônias agrícolas e núcleos coloniais; curso de aprendizado agrícola, com o objetivo de formar capatazes rurais; curso de adaptação com o objetivo de qualificação profissional.

Na década de 40, em algumas regiões do país, as idéias do “ruralismo pedagógico”, vieram como uma tentativa de resposta a “questão social”, provocada pela inchação das cidades e incapacidade de absorção de toda a mão-de-obra disponível pelo mercado de trabalho urbano. A essa ameaça permanente, sentida pelos grupos dominantes, políticos e educadores tentaram responder com uma educação que levasse o homem do campo a compreender o “sentido rural da civilização brasileira” e a reforçar os seus valores a fim de fixá-lo à terra, o que acarretaria a necessidade de adaptar programas e currículos ao meio físico e à cultura rural. Sobre este aspecto, levando em conta o contexto deste período, Therrien e Damasceno (1993, p. 27) afirmam que “a educação no meio rural no final dos anos 40 e a década de 50 (1950) reflete, sem dúvida, a 'tomada de consciência educacional' expressa no Manifesto dos pioneiros da Escola Nova”.

Podemos notar, ainda nos períodos de 60 e 70, a presença de Planos e Projetos sobre a Educação Rural:

- O Plano Setorial de Educação (1975-1979) que estabeleceu criar condições para o desenvolvimento de programas de educação no meio rural a fim de garantir uma melhoria socioeconômica para os moradores dessas áreas.
- A Secretaria Geral do MEC realizou cursos de formação para educadores do meio rural.

A proposta existente era para o desenvolvimento e trabalho, tornando-se estes, instrumentos para provocar mudanças sociais na realidade rural.

a mudança social é definida como toda modificação nas relações sociais existentes no meio rural que possibilite a melhoria das condições materiais e, especialmente, da participação política e institucional dos grupos menos privilegiados. (TERRIEN; DAMASCENO, 1993, p. 37).

Percebe-se assim um esforço de levar as técnicas modernas ao campo, com uma educação profissionalizante que visava preparar para o trabalho, levando os trabalhadores rurais a crença de que a modernização é um caminho para a melhoria no seu nível de vida.

De certa forma, todo este processo histórico contribuiu para a ausência de uma proposta de educação escolar voltada realmente para o meio rural, que, segundo Leite (2002, p. 14),

a educação rural no Brasil, por motivos sócio-culturais, sempre foi relegada a planos inferiores, e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária conhecida popularmente na expressão: gente da roça não carece de estudos. Isso é coisa de gente da cidade.

A escola é considerada como um instrumento decisivo na entrada da cultura industrial e urbana no mundo rural, afirmando-se contra as particularidades locais e em ruptura com tais comunidades.

Esse processo de ruptura é particularmente marcante no mundo rural tradicional, na medida em que a escola representava o triunfo de uma lógica de mercado que, para se afirmar, pressupunha a desagregação do mundo rural tradicional, ou seja, dos seus fundamentos econômicos, sociais e culturais (CANÁRIO, 2006, p. 52).

A necessidade de uma nova forma de organizar-se e uma nova maneira de ver o mundo, baseada na produção de mercadorias e acúmulo de capital, tomou conta do mundo rural que entrou, assim, num processo de apropriação ao novo contexto. Para tanto, o Canário (2006, p. 53) aponta que

o declínio do mundo rural tradicional deve ser visto não sob uma perspectiva de “atraso”, mas sim como contraponto necessário ao modelo de desenvolvimento que privou a maioria da humanidade da capacidade de prover de modo autônomo suas próprias necessidades básicas.

O que se torna evidente é uma crise no modelo urbano baseado em valores mercantis. Portanto é necessário levar em conta a sobrevivência dos valores rurais quando se analisa o

futuro do mundo rural. Quer seja por suas características ou particularidades, a escola rural dever ser encarada como um espaço de reinvenção e superação dos limites impostos pelo modelo escolar.

3 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA ESCOLA RURAL NA ATUALIDADE

A falta de preocupação com relação às características próprias, interesses, necessidades e identidade das pessoas que têm como meio de sustentação a agricultura marcam a situação atual da educação no meio rural, resultando em desigualdades e exclusões. “Não podemos pensar uma educação para a libertação, quando privamos uma população de seus direitos.” (ARROYO; FERNANDES, 1999, p. 65).

No trabalho docente, a realidade dos alunos rurais é pouco contemplada:

A educação rural, na maioria das vezes, contempla currículos urbanos, ficando aquém da realidade dos alunos rurais. Assim, as pessoas desse meio acabam carentes de conhecimentos e habilidades que lhes proporcionariam maior eficiência no trabalho, agilidade na resolução de problemas cotidianos. Isso acontece pela falta de preparo e formação dos professores que trabalham nas escolas do meio rural. Eles têm conhecimento voltado aos conteúdos que são contemplados no currículo, ou no livro didático, no entanto, da vida prática, do cotidiano dos alunos, pouco sabem (MANFIO; PACHECO, 2006, p. 35).

Percebe-se, assim, a necessidade de uma política educacional voltada para a sociedade rural, envolvendo a ampla gama de experiências e princípios deste meio. É preciso ter clareza quanto o espaço físico da escola, a formação dos professores, material didático, atividades desenvolvidas, metodologias, avaliação, horários escolares, enfim, fatores determinantes da cultura rural. As falhas não estão somente nos conteúdos e nas estruturas do ensino, mas no enfoque situado e na visão de mundo atual. Faz-se necessário planejar *com* o homem rural a educação que lhe é destinada, partindo de seus valores, necessidades, linguagem e modo de vida, numa proposta intercultural de conteúdos. Sobre estes aspectos, Speyer (1983, p. 112) aponta que:

o educando do meio rural não deve receber uma educação de segunda categoria que deixe de fornecer conhecimentos mais amplos da sociedade

global em que está inserido. Ele deve ser capaz de fazer opções conscientes e críticas, tanto no meio rural quanto no urbano.

Pensar numa educação voltada para este meio exige conhecimento das necessidades dos envolvidos nesse processo, levando em conta os aspectos de um modo próprio de vida social, mas sem perder de vista o global. O meio rural organiza-se de maneira diferente do urbano, possui suas particularidades que, também, devem ser trabalhadas em sala de aula. No meio urbano, pode-se notar no processo de ensino-aprendizagem e avaliação, características do individualismo competitivo, que diverge com muitas práticas realizadas no meio rural. É importante identificar, resgatar e respeitar os valores culturais que caracterizam essas comunidades. A partir das questões do campo deve surgir toda a gama de conhecimentos que se ligam com os acontecimentos atuais, fazendo as relações cabíveis.

Um dos grandes desafios é pensar numa proposta de desenvolvimento e de escola rural que leve em conta a urgência de se superar a dicotomia rural/urbano, resguardando, ao mesmo tempo, a identidade cultural dos grupos que ali produzem sua vida. Isso significa dizer que a escola rural não precisa ser uma escola necessariamente agrícola; mas uma escola vinculada a cultura que produz [...] (TORTELLI, 2002, p. 30).

O educando do meio rural deve receber uma educação que leve em conta as suas necessidades, uma vez que, muitas vezes, os conteúdos e linguagem das escolas e dos textos escolares são padronizados, caracterizando uma educação com fortes marcas históricas que influenciaram todo o processo de construção do sistema atual.

A prática educacional deve estar relacionada com a prática social determinada pela direção que toma a sociedade. Assim, o processo educativo será integrador, capaz de servir a toda a comunidade. Sobre este aspecto, Speyer (1983, p. 137) afirma que

nesse contexto, não há nem pode haver uma educação neutra: ou a educação contribui para manter e reproduzir as estruturas existentes, ou contribui para despertar a consciência de educadores e educandos para seus interesses objetivos, favorecendo sua organização em grupos,

permitindo-lhes a organização da educação que lhes convém, em busca de uma mudança de estrutura e de uma sociedade nova.

Entendemos assim a importância de conhecermos e trabalharmos com propostas interculturais que visem a integração dos conteúdos a fim de que a educação envolva em seus projetos todos os setores da sociedade. É importante que as diferentes culturas e vivências sejam compartilhadas, numa proposta educativa que realmente contemple as necessidades do contexto atual, tanto nos grandes centros urbanos quanto no meio rural, buscando a integração dessas realidades.

Pensar em uma educação significativa para o meio rural, alicerçada em bases sólidas da relação teoria-prática e partir da realidade deste meio, é basear-se numa educação que promova a formação cidadã, que desempenhe um papel fundamental na formação dos alunos do meio rural.

A educação do campo deve abranger diferentes capacidades – cognitivas, afetivas, corporais, éticas, estéticas, de inserção social, econômica, ambiental e interação ambiental – para isso é preciso contar com profissionais que realmente conheçam o meio rural e suas dimensões. O educador necessita conhecer e compreender a realidade dos jovens e suas famílias, deve suscitar neles o interesse e a ousadia de se lançar novos desafios. (PACHECO; MANFIO, 2006, p. 101).

É importante que a escola preocupe-se com a formação dos educandos do meio rural abordando aspectos de sua cultura e seus interesses, relacionado-os, tanto com o seu meio, quanto com a prática social e os rumos da sociedade atual, numa perspectiva de integração de conteúdos, valores e vivências.

4 A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

4.1 HISTÓRICO

Com o fim da Segunda Guerra Mundial deu-se início a era Moderna na Psicologia Social, com fortes raízes sociológicas, começando na América do Norte como uma subdisciplina da Sociologia. A teoria das Representações Sociais de Moscovici foi postulada, então, como uma

forma sociológica de Psicologia Social. Em relação a isto Farr (1995 apud GUARESCHI; JOVCHELOVITC, 1995, p. 36) cita que

a distinção aguda de Durkheim entre sociologia (o estudo das representações coletivas) e psicologia (o estudo das representações individuais) fez com que se tornasse praticamente inevitável que, quando Moscovici propôs que se estudassem as representações sociais, esse novo campo fosse classificado como uma forma sociológica.

Moscovici apoiou-se, especialmente em Durkheim, um dos fundadores da sociologia moderna, para desenvolver sua teoria,

mas julga mais adequado, num contexto moderno, estudar representações sociais do que estudar representações coletivas. O segundo conceito era um objeto de estudo mais apropriado num contexto de sociedades menos complexas, que eram do interesse de Durkheim (Farr, 1995 apud GUARESCHI; JOVCHELOVITC, 1995, p. 44)

Ao substituir as representações Coletivas por Representações Sociais, Moscovici estava modernizando a ciência social, tornando-a mais adequada ao mundo moderno, uma vez que a ciência é uma das forças que distinguem o mundo moderno do mundo medieval. Para Durkheim, o Termo Representações Sociais “se refere a categorias de pensamento através das quais determinada sociedade elabora e expressa sua realidade.” (Minayo, 1995 apud GUARESCHI; JOVCHELOVITC, 1995, p. 90). Segundo ele, a observação revela que as representações são um grupo de fenômenos reais e que se comportam de forma específica. Elas conservam os traços da realidade social mas também possuem marcas independentes, reproduzem-se e se misturam com outras estruturas, formando a consciência coletiva, sendo que o mundo pode ser entendido por meio de experiências sociais. Segundo este pensador, qualquer atividade mental é uma representação. “Nós experimentamos as coisas, elas vivem em nós na forma das representações que as expressam” (MACOVÁ, 2006, p. 175).

4.2 CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS

Serge Moscovici procurou demonstrar que os processos pelos quais os sujeitos representam o mundo são dinâmicos e não comportam nenhuma separação entre o universo interior e exterior a eles, as figuras e as expressões socializadas compõem uma representação. Em uma de suas análises diz que “ Representação Social é definida como a elaboração de um objeto social pela comunidade ”(MOSCOVICI, 1963, p. 251, apud WAGNER apud MOREIRA; OLIVEIRA, 2000, p. 4). Baseando-se nesta concepção, Dotta (2006, p. 17) ressalta que

[...] uma representação social é a organização de imagens e linguagem, porque ela realça e simboliza atos e situações que se tornam comuns. Devendo ser encaradas de modo ativo, as representações possuem papel de modelar o que é dado do exterior, mediante a relação entre indivíduos e grupos com objetivos, sendo os atos e situações constituídos por interações sociais.

É através de nossas comunicações, atividades diárias e das nossas próprias atitudes que este conhecimento é representado, transmitido e, como nos propõe Macovà e Filho (2006, p. 173) as representações são como “pensamentos em movimento”. Elas estão ao nosso redor e nós as adotamos. Elas estão entrelaçadas com as diferentes formas de pensamento e comunicação, estruturando nossas atividades e rotinas diárias. As representações orientam as práticas do ser humano através da vida. A Teoria das Representações Sociais estuda e constrói teorias a respeito desses fenômenos sociais que são extraídos de pensamentos, práticas e discursos inter-relacionados. Segundo Farr (1995 apud GUARESCHI; JOVCHELOVITC, 1995, p. 46) “ as representações estão presentes tanto “no mundo” como “na mente”, e elas devem ser pesquisadas em ambos os contextos”. Rouquetti (2000 apud MOREIRA; OLIVEIRA, 2000 p. 41) ainda postula que “o que faço depende do que penso, do que creio, do que “calculo”“.

A forma como as pessoas pensam sobre as coisas do seu mundo, o que conhecem sobre o seu universo é o resultado de processos construídos socialmente. “A representação social é sempre uma unidade do que as pessoas pensam e do modo como fazem [...] ela compreende, também, seus comportamentos e a prática interativa de um grupo” (WAGNER

apud MOREIRA; OLIVEIRA, 2000, p. 11).

Minayo (1995), afirma que nem sempre as representações são conscientes:

As Representações Sociais não são necessariamente conscientes. Podem até ser elaboradas por ideólogos e filósofos de uma época, mas perpassam o conjunto da sociedade ou de determinado grupo social, como algo anterior e habitual, que se reproduz a partir das estruturas e das próprias categorias de pensamento do coletivo ou dos grupos. (MINAYO, 1995 apud GUARESCHI; JOVCHELOVITC, 1995, p. 109).

Cada grupo tem suas formas de representar o mundo, os significados e estruturação de suas representações. É por meio de suas representações que indivíduos e grupos expressam sua identidade, já que esta é o processo de construção do eu. Segundo Minayo (1995 apud GUARESCHI; JOVCHELOVITC, 1995, p. 108)

As Representações Sociais se manifestam em palavras, sentimentos e condutas e se institucionalizam, portanto, podem e devem ser analisadas a partir da compreensão das estruturas e dos comportamentos sociais [...]. Na verdade, a realidade vivida é também representada e através dela os atores sociais se movem, constroem sua vida e explicam-na mediante seu estoque de conhecimentos [...]. Portanto devem ser analisadas criticamente, uma vez que correspondem as situações reais da vida.

As Representações Sociais são uma forma de visão global do sujeito ou grupo sobre o que constitui o seu sistema de valores. “A representação funciona como um sistema de interpretação da realidade que rege as relações do indivíduo com seu meio físico e social, ela vai determinar seus comportamentos e suas práticas [...] ela orienta as ações e as relações sociais” (ABRIC, 2000 apud MOREIRA; OLIVEIRA, 2000, p. 28). Entende-se desta forma, que elas permitem compreender e explicar a realidade, definindo a identidade de grupos, guiando seus comportamentos e práticas. De acordo com Macovà e Filho (2006, p. 280) “a teoria se preocupa com as realidades sociais nas quais as pessoas vivem”.

As representações são criadas mediante necessidades, isto é:

As pessoas têm necessidade de estar informadas sobre o mundo que as cerca. Precisam se ajustar a ele, saber como se comportar, dominá-lo física ou intelectualmente, identificar e resolver os problemas que se apresentam. Este seria o motivo pelo qual as representações sociais são criadas. O mundo de objetos, pessoas, acontecimentos ou idéias é compartilhado entre pessoas; por isso as representações são sociais e de fundamental importância na vida cotidiana. (DOTTA, 2006, p. 25).

Incluem-se nas representações sociais os preconceitos, ideologias e características das atividades cotidianas, sejam elas sociais ou profissionais. Conforme Farr (1995 apud GUARESCHI; JOVCHELOVITC, 1995, p. 46), “somente vale a pena estudar uma representação social se ela estiver relativamente espalhada dentro da cultura em que o estudo é feito”. Elas não são conceitos prontos, tratam das interpretações das imagens e dependem das relações culturais, afetivas e sociais. Por isso possibilita às pessoas a percepção de suas idéias, seus pensamentos, suas atitudes em relação aos outros e a vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação escolar, vista como um resultado urbano, transmite valores, ideologias, conteúdos e utiliza-se de metodologias que não contemplam as realidades e vivências dos educandos das escolas rurais. Além de descaracterizar a cultura e a identidade deste meio, estas práticas são dissociadas dos interesses cotidianos dos alunos.

Pensar numa educação que valorize os conhecimentos e leve em conta as necessidades deste meio é trabalhar numa proposta que contemple o processo de formação humana, vinculada tanto a cultura local como a global. A partir dos conhecimentos dos alunos deve surgir toda a gama de conteúdos e conhecimentos que se ligam aos acontecimentos atuais. A prática escolar deve basear-se numa proposta intercultural que fortaleça e reconheça a cultura, vivências e saberes destes sujeitos.

Por isso da importância de reconhecermos as representações sociais presentes na realidade e nos grupos, permitindo trazer a tona elementos importantes para compreender as construções sociais, as idéias, os atos, crenças e ideologias que são compartilhados e manifestados entre as pessoas no convívio diário. Ser parte atuante na sociedade e viver as relações sociais contemporâneas implica para o ser humano aprender a olhar, re-olhar e

construir as imagens cotidianas a fim de que possa utilizá-las em sua prática diária, servindo de orientação, de guia para a ação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel Gonzáles; FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social da o campo**. Brasília – DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999.

CANÁRIO, Rui. Escola, aprendizagem e inovação. In: **A escola tem futuro?** Das promessas às incertezas. Porto Alegre: Artmed, 2006, p. 51-94.

DOTTA, Leanete T. **Representações sociais do ser professor**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2006.

FARR, Rob M. Representações sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITC, Sandra (Orgs) et. al. **Textos em representações sociais**. 8.ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 1995, p. 31-59.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MACOVÁ, Ivana; FILHO, Hélio Magri (trad). **Dialogicidade e representações sociais: as dinâmicas da mente**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2006.

MANFIO, Elisandra; PACHECO, Luci Mary Duso. Um olhar sobre a formação do professor no cenário atual da educação do campo. **Pedagogia em Questão**. Frederico Westphalen, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Departamento de Ciências Humanas, Curso de Pedagogia, vol. 3 e 4, nº 3 e 4, 85-107, URI, 2006.

_____. Educação para o meio rural: perspectivas atuais de permanência e sustentabilidade. **Pedagogia em Questão**. Frederico Westphalen, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Departamento de Ciências Humanas, Curso de Pedagogia, vol. 3 e 4, nº 3 e 4, 35 - 47, URI, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O conceito de representações sociais dentro da Sociologia clássica. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITC, Sandra (Orgs) et. al. **Textos em representações sociais**. 8.ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 1995. p. 89 -111.

MOREIRA, Antônia Silva Paredes; OLIVEIRA, Denize Cristina de (Orgs). **Estudos Interdisciplinares de Representação Social**. 2. ed. Goiânia: AB, 2000.

SPEYER, Anne Marie. **Educação e Campesinato**: uma educação para o homem do meio rural. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1983.

TERRIEN, J.; DAMASCENO, M. N. (Coords) et al. **Educação e escola no campo**. Campinas, SP: Papyrus, 1993.

TORTELLI, Altemir Antônio. Desenvolvimento rural e educação. In: Rio Grande do Sul. Secretaria Estadual de Educação. **II Conferência Estadual**: por uma educação básica do campo. Porto Alegre: Corag, 2002.